

Energia terá de ser favorecida

O governo pode encarecer a energia elétrica, através de um empréstimo compulsório sobre as contas das residências, nos moldes do que já faz no setor industrial. O presidente da Eletrobrás, Mário Bhering, afirmou ontem que é preciso reduzir em 3% o consumo, para afastar o risco de **black-out** e racionamento na região Sudeste.

Para conseguir a rentabilidade mínima necessária aos investimentos no setor energético, de 6,47% em 1987, o governo terá que aumentar a tarifa residencial de energia elétrica em pelo menos 12% em fevereiro (quando termina o congelamento dos preços), de forma a alcançar 50% de reajuste real ao longo dos próximos cinco anos — disse o presidente da Eletrobrás. Ele explicou que, agora, para desestimular o consumo, o governo pode lançar um adicional sobre as contas ou um empréstimo compulsório. A vantagem do empréstimo compulsório é que, como supostamente será devolvido, não entra no cálculo do custo de vida, ou seja, não pressiona os números da inflação oficial.

Mário Bhering voltou de Washington, onde participou da cerimônia de assinatura de novo empréstimo do Banco Mundial, de 500 milhões de dólares, ao governo brasileiro, que será usado, juntamente com recursos nacionais, para capitalizar a Eletrobrás em Cz\$ 15 bilhões 639 milhões. Outro empréstimo externo, de 500 milhões de dólares, está sendo negociado para capitalizar as empresas energéticas estaduais, como a Cerj, Cesp e Cemig.

Com dívidas que somam 10 bilhões de dólares e déficit de investimento da ordem de 1 bilhão 500 milhões de dólares este ano, a Eletrobrás tem que se preocupar, agora, com problemas ecológicos como a transferência de tribos de índios das regiões inundadas pelas suas represas, por exigência do Banco Mundial.

Mais compulsório na página 18